

AS UNIDADES DE INTERNAÇÃO PARA MENORES INFRATORES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: DIALOGANDO ENTRE O EXTERNO E O INTERNO.

Tiago Santos de Vasconcelos¹
Graduado em Geografia
Ex-Bolsista do grupo PETGEOPUC-Rio
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
tiagovasc@globocom.com

Resumo:

Não é de hoje que problemas relacionados aos jovens fustigam e interessam à sociedade. Questões comportamentais, familiares, de relacionamento, entre outras, alimentam estudos e permeiam o meio acadêmico incisivamente. Nesse contexto, emerge a problemática dos jovens infratores que constantemente são expostos nos meios de comunicação em rebeliões ou executando atividades excusas, e, assim, são vistos como um problema social de difícil solução. Estes jovens estão inseridos nas mais diversas modalidades que a violência assumiu na metrópole carioca, tendo essa, cada vez mais uma participação fundamental. Nesse sentido, as unidades de internação para menores da cidade do Rio de Janeiro se configuram como importantes pontos ordenadores da dinâmica sócioespacial da cidade, pois ao trabalharem diretamente com a população infanto-juvenil infratora, elas impõem a (con)vivência de diversos processos espaciais que culminam numa (re)orientação político-social desses indivíduos, reorientação essa que será percebida no/sobre o espaço carioca. Os veículos dessa “transformação” são os territórios, identificados de maneira sobreposta, proporcionando uma visão transescalar daquela realidade; e o(s) lugar(es), servindo como o ponto de encontro entre o mundo externo e a realidade da clausura.

Palavras-Chave: Unidade de Internação, Jovens Infratores, Lugar, Território

RIO DE JANEIRO’S INTERNMENT UNITIES FOR UNDERAGED INFRACTORS: EXTERN AND INTERN IN DIALOG

Abstract:

It's not from nowadays, but troubles about young people belongs to the interest of society. Points like behavior, family and relationships are frequently being discussed in the university. From this point of view, the young infractor are constantly exposed as a hard and complex problem to the civil society. This young people are putted in several criminal situations, like drug trafficking. In this way, the internment unities in the city of Rio de Janeiro are considered as important points of the dynamic socio-spatial of the city because they act directly into the minds and bodies of the young

¹ Trabalho orientado pelo Professor Dr. João Rua, pertencente ao quadro docente do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

infractor. The work with those young people, after all, results in a personal and socio-politic change. The “vehicles” of this transformation are territories and places, both analysed in a trans-scalar way.

Keywords: Internment Unities, Young Infractor, Place, Territory

Introdução: uma breve contextualização

Quando se ouve um adolescente, de dezesseis anos, afirmar que “o meu negócio é roubar.” (GOULART, 2006. p. 15) é impossível não sentir alguma forma de espanto ou, até mesmo, de medo. Ainda mais quando o jovem em questão está sob a tutela do Estado cumprindo sua quarta medida sócio-educativa no Instituto Padre Severino².

Nos dias atuais, talvez de forma mais intensa do que nos anos anteriores, tal frase não cause tanto espanto ao leitor. Cotidianamente, são informadas notícias a respeito de balas perdidas, guerras entre traficantes e policiais e tantas outras formas de violência que, ao mesmo tempo em que assustam, de certa forma, acostumam e tornam menos sensíveis os olhares à barbárie metropolitana. Coaduna-se a esse cenário, o fato das transformações sócio-culturais contemporâneas em que “têm surgido novas formas de exclusão, produzindo o imaginário da inutilidade, que acenam aos valores de fracasso, de falta de inserção e desqualificação” (CARRETEIRO, 2004, p. 58), configurando, desta forma, uma complexa teia de significados e de mitificações da qual faz parte a juventude metropolitana carioca, principalmente.

A atual situação carioca, em particular, é resultado de uma série de motivos, não abarcados nesse texto, que afetam a vida de toda a população, uma vez que:

² O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, traz em seu bojo as chamadas *medidas sócio-educativas*. Estas vieram em substituição as “penas” do Código de Menores. Elas se caracterizam por serem mais sociais e educativas e são utilizadas em jovens entre doze e dezoito anos[□]. (Barros, 2003. p.15). A internação é a última medida sócio-educativa utilizada pela justiça. Os adolescentes privados de liberdade têm no ECA a garantia de diversos direitos específicos que lhes assegurem a eficácia da aplicação da medida sócio-educativa de privação de liberdade. Silva afirma que “o cumprimento da medida sócio-educativa dá-se no âmbito da proteção integral a crianças e adolescentes, também garantida pelo Estatuto.” (2003, p. 10).

Pobreza e riqueza são realidades antagônicas, embora complementares, pois uma não vive sem a outra. O problema de se eliminar a pobreza, isto é, de suprimir as diferenças de renda criadas por um processo produtivo gerador de desigualdades, supõe uma mudança no próprio processo produtivo, o que vale dizer, das relações do homem com a natureza e dos homens entre si. (SANTOS, 2004. p. 68).

Nesse amplo contexto, destaca-se a população infanto-juvenil, que cresce rodeada de fatos violentos e seguidamente é “convidada” a participar de atos infracionais. Ainda que muitos destes jovens passem grande parte de sua infância, etapa considerada fundamental para o pleno desenvolvimento das potencialidades físicas, mentais e psico-sociais do ser humano, sobrevivendo nas ruas (RIZZINI, 1995). Cabe destacar, ao contrário do que afirma Queiroz (1984), que não são somente os jovens mais carentes com problemas familiares que são cooptados pelas vias ilegais, mas diversos são os casos de adolescentes de classes abastadas que se encontram em situação ilegal³, por aliciamento ao tráfico de drogas, crimes de internet, roubos, assaltos, etc. Soma-se a isso a pesquisa realizada pelo IPEA, na qual Silva (2003) mostra que 81% dos adolescentes brasileiros viviam com suas famílias ao cometerem o ato infracional, desmistificando a idéia de que os adolescentes infratores são “meninos de rua” que foram abandonados ou que, por opção, deixaram suas casas (SILVA, 2003). Contudo, ainda são raros os casos de jovens de bom poder aquisitivo que freqüentam as unidades de internação, como afirma um membro da equipe técnica entrevistado, assegurando que aquele ambiente é amplamente tomado pelas classes mais carentes.

É percebido que uma das mais opulentas conseqüências da ordem capitalista é a tendência a acentuar a concentração de renda, e por conseguinte, resulta num processo de inclusão precária.

³ Ilustrativo é o caso noticiado pela imprensa, em novembro de 2005, em que “pela quarta vez em menos de um ano, um menor de 14 anos, neto de um desembargador, foi detido por PMs do Serviço Reservado (P-2) do 12º BPM (Niterói) anteontem à noite. Ele estava escondido num buraco no teto do banheiro do quarto de sua mãe, numa casa no bairro de Icaraí, na Zona Sul de Niterói.” (Torres, 2005).

Baseando-se no conceito moderno de infância, ou seja; este estágio como formador e garantido-se, portanto, um espaço protegido, no qual o indivíduo possa florescer; as desigualdades produzidas se traduzem na substituição do medo dos monstros pela necessidade real de ter de proteger a própria integridade física (seja na rua ou dentro do instituto), ao passo que para outros se trata da preservação do mundo da inocência e da fantasia (RIZZINI, 1995). Desta forma, pode-se inferir que para àqueles jovens “as formas de sociabilidade são pautadas na instabilidade, ou seja, nas ‘sociabilidades flutuantes’.” (CARRETEIRO, 2004.). Nesse sentido, muitos dos indivíduos que compõem a população infanto-juvenil infratora da cidade do Rio de Janeiro têm passagens pelas unidades de internação sob responsabilidade do Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas (DEGASE)⁴. Muitos jovens são detidos nessas unidades e posteriormente reaparecem na vida criminosa no seu retorno ao convívio social. Tanto eles, como os jovens moradores de rua, deparam-se com reações de resistência e medo no contato social, assim como também enfrentarão problemas de inserção no mercado de trabalho devido a uma inexistência de formação educacional adequada.

Tal re-introdução em atividades ilícitas estima-se que seja derivada da passagem do menor pelas unidades de internação. Nesse sentido, assinala-se que a hipótese desta pesquisa é a de que as conformações espaciais e as inter-relações sociais estabelecidas nesses centros de detenção de menores recondicionam, efetivamente, o perfil do internado tendo em vista torná-lo apto a viver em sociedade, segundo os parâmetros de convivência impostos pelo modo de vida da sociedade ocidental. Contudo, é necessário ressaltar a importância da participação familiar e do Estado neste processo de reconstrução individual. Uma

⁴ Os jovens delinquentes, segundo ECA, podem ser sentenciados a uma das seis “medidas sócio-educativas”: advertência, reparação, serviço comunitário, liberdade assistida e confinamento em centro de detenção. A medida de privação de liberdade deve ser limitada a casos mais graves em que a segurança do jovem ou a ordem pública o exija (ECA, art. 174).

vez que, segundo membros das equipes técnicas que trabalham no instituto e que lidam diretamente com os jovens infratores, todo o trabalho pedagógico e psicológico, ou ainda profissionalizante, iniciado nas unidades de internação pode em nada resultar se a família não assumir o seu papel condutor na vida do adolescente e se esse, quando retornar a sua casa, conviver com os problemas anteriores. Portanto, a família e a comunidade também precisam ser trabalhadas, também carecem de tratamento.

Estudos anteriores, como o censo penitenciário da cidade do Rio de Janeiro de 1989, expõem dados interessante trágicos relacionados à participação dos centros de recuperação de menores na manutenção de indivíduos na vida criminosa. Tal estudo revela que 22,5% da população carcerária já passou por estabelecimentos de assistência à criança e ao adolescente (LINS e SILVA, 1990 apud RIZZINI et al. 1993). Cita-se ainda a pesquisa realizada por Souza (1999) no Complexo Penitenciário de Bangu, na cidade do Rio de Janeiro, em que 34,8% da população carcerária praticou seu primeiro crime entre dezesseis e vinte anos de idade e 6,5% com idades de até quinze anos. Esses dados sugerem que essa significativa parte da população carcerária já esteve sob responsabilidade das unidades de internação para crianças e adolescentes infratores.

As unidades de internação apresentam com nitidez a ausência de espaço privado como um dos pontos principais, onde a sensação de apinhamento é fortemente sentida pela população reclusa. A respeito dessa sensação, Tuan (1983. p. 67) ensina que “são basicamente as pessoas que nos apinham; elas mais do que as coisas, podem restringir nossa liberdade e nos privar de espaço.” E, particularmente, no contexto carioca essa ausência de espaço privado ocasiona uma grande quantidade de conflitos entre os internados pertencentes a grupos rivais. Esse fato configura-se em uma das maiores preocupações da equipe dirigente com relação à manutenção da segurança e da ordem no interior das

unidades. Além da participação atuante de facções criminosas⁵, cita-se: o poder social originário do narcotráfico das drogas, a superpopulação carcerária e a corrupção e/ou intimidação de policiais, agentes penitenciários e autoridades públicas (CALDEIRA, 2004).

Focalizando apenas as unidades de internação de menores, observa-se também a divisão espacial interna em função das facções criminosas que comandam o tráfico de drogas na cidade – com especial destaque ao Comando Vermelho e ao Terceiro Comando – em que se busca evitar qualquer contato corporal, e até mesmo visual, entre membros rivais, pois “apinhamento é saber-se observado” (TUAN, 1983. p. 69). Este procedimento conhecido como “faccionalização”, e que teve início por pedidos dos próprios internos, nunca obteve os resultados esperados e atos de violência ocorrem com freqüência entre os jovens rivais. Na verdade, essa separação estimula a lealdade às facções, contrariando o propósito reabilitador do sistema de justiça juvenil. É válido frisar que a persistência e a disseminação da violência são produtos da falha administrativa e não características do jovem detento (HUMAN RIGHTS WATCH, 2004).

Nesse sentido, Dowdney (apud HUMAN RIGHTS WATCH, 2004.) revela a preocupação de que ao separar os jovens por facções, o governo legitimize a autoridade e o poder destas gangues, prejudicando os (supostos) esforços de longo prazo para promover a reabilitação tanto dentro como fora do sistema de detenção juvenil.

Ainda com relação aos institutos para menores é importante citar, neste início de texto, que a função desses, diferentemente da instituição prisional para adultos que “como aparelho de Estado diz respeito à sua capacidade de exercer legitimamente a força e de privar da liberdade um grupo mais ou menos vasto de

⁵ Neste estudo, cita-se como as de maior relevância Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando (TC), Terceiro Comando Puro (TCP) e Amigos dos Amigos (ADA).

indivíduos com comportamentos desviantes” (CARVALHO, 2004. p. 1), é a reabilitação do jovem interno, ou seja, a tentativa de re-socializar aquela criança ou adolescente que praticou atos ilícitos. Não é por outra razão que tais institutos são também chamados de centros “sócio-educativos”.

A proposta inicial

Este texto tem como objetivo primário evidenciar como o espaço das unidades de internação para menores infratores, atuando em conjunto com as inter-relações sociais criadas entre os jovens internos e entre esses e as autoridades oficiais responsáveis, interferem, ou melhor, (re)condicionam o perfil dos internos. Em outras palavras, objetiva divulgar a correlação existente entre a solidariedade dos espaços internos deste fixo (instituto), permeadas por relações sociais de poder, e o (re)condicionamento do perfil do jovem durante o período de internação. Para tanto, é necessário perceber de que forma o jovem se identifica (ou não) com o ambiente de clausura durante o período de internação em seu cotidiano. Pois acredita-se que é justamente a interação do jovem com os diversos locais internos; que lhe oferece convívio obrigatório com os demais, proporciona relações de poder, momentos de lazer e de sofrimento, entre outras coisas; que o (re)qualifica para o retorno ao mundo externo.

A partir do momento em que o jovem entra em contato com a realidade da clausura, ele sofre uma série de mudanças internas (mentais, de atitude, de pensamento, etc.) e externas (gestos, palavras, olhares, etc.) que culminam numa reconstrução individual. As práticas disciplinares adotadas, a conformação espacial interna, a convivência com estranhos são fatores determinantes nessa reforma. Ainda que esta pesquisa se atenha aos aspectos sócio-espaciais, esses não atuam de forma isolada e autárquica, mas em conjunto, principalmente, com

os métodos disciplinares empregados; e por isso, também, esses serão abordados neste texto.

As bases teórico-metodológicas e operacionalização

Neste momento, torna-se importante mencionar de que forma tenta-se alcançar os propósitos acima expostos. A base teórico-metodológica adotada constitui-se de obras relacionadas a espaços fechados, às práticas e às estratégias de convivência adotadas por internados, de obediência e punição, por parte da equipe dirigente, e, primordialmente, às colocações teórico-conceituais referentes ao funcionamento desses institutos na “remodelação” do sujeito.

Com vistas a entender os institutos como locais em que a população interna interage e cria laços de sobrevivência e de (não) identidade, assim como na tentativa de analisar estes ambientes em escala que transcende os muros das unidades, utilizam-se as obras de Foucault (2004); Haesbaert (2006); Carlos (1996); Massey (2000); e Santos (1988 e 2006).

Não se pretende examinar esses institutos como meros fixos que acolhem jovens infratores, a fim de, nos dizeres mais comuns, “ressocializá-los”. O pensamento não pode ser esse. Não pode porque atrás daqueles muros, um outro cenário se desenha, qualificando-o de outra forma. Esse instituto é mais um dos instrumentos utilizados pela sociedade para retirar e transformar indivíduos do meio social com comportamentos considerados inadequados. Junto a esse instituto surgem os sanatórios, os presídios, os centros de tratamento para dependentes químicos e os asilos. Tenta-se, em última instância, enxergar as unidades de internação como ferramentas exponencialmente eficazes de agir e de modificar, em grande medida, a dinâmica sócio-espacial da sociedade brasileira,

em geral, e carioca, em particular, uma vez que é sabida a grande corrupção de valores e de idéias a que os jovens são submetidos.

Livros especializados em jovens delinqüentes, artigos e textos monográficos servem de complementação teórica, além de oferecerem dados e diferentes apontamentos para a temática. Considerou-se relevante expor opiniões e dados de pesquisas realizadas com vistas a clarificar e melhor ilustrar a situação das casas de detenção da população infanto-juvenil.

Esta pesquisa não analisa de forma pontual uma instituição. Operacionalmente foram realizadas duas visitas, com autorização da Justiça, às unidades de internação: Instituto Padre Severino (IPS)⁶ e Escola João Luís Alves (EJLA)⁷. Nessas unidades, foi possível conhecer as dependências internas e realizar entrevistas com a equipe técnica e com alguns menores. As demais unidades administradas pelo DEGASE⁸, devido às restrições judiciais, não foram visitadas, contudo a semelhança estrutural e de perfil do internado permitem considerar que os aspectos mais relevantes para a pesquisa foram alcançados com as visitas realizadas⁹. Convém mencionar que não é considerado o sexo feminino nesta análise, portanto o Educandário Santos Dumont (ESD), responsável pelas menores infratoras, não foi abarcado neste texto.

⁶ O IPS, diferente do que muitos acreditam, posto os diversos casos de rebeliões e tragédias que lá ocorreram, não é mais uma efetiva unidade de internação; mas uma unidade de acautelamento. Isto significa que o menor ao ser detido pela força policial e passar por processo de triagem, aguarda nesta unidade pela audiência com o juiz, permanecendo naquele local por no máximo 45 (quarenta e cinco) dias.

⁷ Esta unidade de internação possui uma lotação ótima de 120 (cento e vinte) adolescentes. Estes são divididos em 4 (quatro) módulos de 30 (trinta) adolescentes cada. E em cada modulo há 5 (cinco) alojamentos com 6 (seis) jovens cada. Cabe mencionar que é esta unidade que recebe os adolescentes infratores vindos de outros municípios.

⁸ As demais unidades são: Educandário Santo Expedito – ESE; CAI-Baixada; Centro de Triagem e Recepção – CTR.

⁹ As visitas e entrevistas foram realizadas nos dias 15 (quinze), ao IPS, e 19 (dezenove), a EJLA, de junho de 2007. No IPS foram entrevistados 4 (quatro) membros da equipe técnica, entre psicólogos, pedagogos e musicoterapeutas, e 2 (dois) menores internos, ambos detidos por roubo. Na EJLA foi entrevistado 1 (um) membro da equipe técnica e 2 (dois) menores infratores, um cumprindo medida sócio-educativa por envolvimento com o tráfico de drogas e outro por tentativa de homicídio.

A espacialidade prisional e as mudanças pessoais: uma análise socioespacial

Primeiramente, trata-se da espacialidade interna das unidades de internação que, segundo Souza (1999), possui pelo menos quatro tipos de espaços distintos a partir de sua forma e função. Souza afirma que o primeiro, sem dúvida o mais importante, é

O espaço destinado aos funcionários da administração interna da prisão, nesse espaço são tomadas as decisões a respeito de seu funcionamento, e são arquivadas a documentação referente aos funcionários e aos internos. É a cabeça do corpo-prisão. É um espaço extremamente restrito, não só aos prisioneiros, como também a alguns funcionários do presídio [referindo-se ao Complexo Penitenciário de Bangu], que não tenham vínculo direto com a administração. (p. 36)

O segundo espaço observado é o da circulação interna. Ele se concretiza nos corredores, rampas, escadas e caminhos de acesso. Esse espaço é tido, pelos internos, como um espaço de liberdade, pois possibilita, mesmo que no interior da prisão e cercado por muros, uma sensação de liberdade manifesta pelo ato de ir e vir (SOUZA, 1999). Nas visitas realizadas à EJLA pôde-se perceber que é nestes espaços que o jovem busca traçar um imaginário de liberdade como a única forma possível de escapar das limitações proporcionadas pelo enclausuramento. Isso significa afirmar que há existência de lugares de fuga, ainda que imaginária, e de lugares de efetiva reclusão, como poderá ser observado mais adiante.

O terceiro espaço é o do controle. Esse espaço possibilita a quem a ele tem acesso “vigiar as atividades exercidas nos demais espaços, controlando e impedindo quaisquer ações que vão contra a ordem e segurança da prisão.” (SOUZA, 1999, p. 37). Ele está materializado na forma de torres e guaritas que permitem controlar a circulação e a rotina interna da prisão. Nas unidades

visitadas, em nosso estudo, esse espaço é praticamente inexistente, restringindo-se ao controle na portaria e em alguns locais de passagem dos menores.

O último espaço assinalado é o do cárcere, espaço vivido pelo detento. Souza afirma que

É a sua referência espacial, pois torna-se 'sua casa', e por isso se torna impregnado de significados e sentimentos de amor e ódio. Materializa-se sob a forma de celas individuais ou coletivas, e nos pátios de banho de sol. Nesse espaço o homem desprovido de sua liberdade vê-se forçado a encarar a si próprio e a sua história. (1999, p. 37).

Com relação a esse último espaço, foi possível notar o quão dolorido é para o jovem a permanência nele, já que é ali que verdadeiramente se depara com a restrição de liberdade, se coloca em reflexão sobre o ato que cometeu e planeja suas futuras ações, muitas vezes em associação com os demais adolescentes. É aqui, também, que ele se depara com outra dificuldade: a convivência obrigatória. Neste lugar, o alojamento, o jovem toma contato com as experiências de vida de outras pessoas e com o seu modo de pensar. Muitas vezes, esta convivência não é pacífica, sendo marcada por brigas e desentendimentos, como afirma um menor infrator do IPS.

Ele assegura viver com medo e inseguro, pois são comuns os desentendimentos entre os internos. Nesse sentido, a maioria dos entrevistados afirma não ter amigos (os amigos muitas vezes são aqueles já conhecidos anteriormente à internação), mas, de fato, alguns inimigos.

Segundo Goffman (2003), a admissão num instituto marca uma série de alterações no cotidiano dos internos. As diversas barreiras, impostas pelas instituições, entre o internado e a comunidade externa assinalam o primeiro impacto. Na vida privada de liberdade, a seqüência de horários, a rotina de trabalho e as preferências alimentares são totalmente suprimidas dentro do instituto. Outra alteração provocada é a desfiguração pessoal por meio da exclusão da aparência usual, assim como de equipamentos e serviços

anteriormente utilizados. Em outras palavras, ocorre a perda do conjunto de identidade da pessoa. Corpo e mente passam gradativamente a compor uma dinâmica de tensão permanente entre o caráter punitivo e disciplinar da instituição e a cultura de valores delinqüentes, que pouco a pouco encontra uma colocação na orgânica interna da instituição. (CARVALHO, 2003).

Também são responsáveis por essas alterações os empregados dos institutos. A criança é compulsoriamente colocada num processo, ainda que por demais questionável, de re-educação e de ressocialização que visam (re)integrá-lo à sociedade na condição de cidadão consciente e responsável. Estudos apontam que os métodos adotados pela equipe dirigente (inspetores e guardas), em constante contato direto com os jovens, são abusivos, violentos e inadequados ao processo de ressocialização. Nesse sentido, Silva (2003, p. 10) afirma que

Os objetivos da aplicação da medida sócio-educativa de privação de liberdade, a reinserção social e a possibilidade de reflexão sobre a infração cometida somente serão atingidos se os adolescentes estiverem em um ambiente de novas referências para a sua conduta.

Contudo, a falta de treinamento, de experiência anterior com jovens, além do curso de apenas uma semana contribuem para práticas abusivas e violentas empregadas nas unidades. Sidney Telles da Silva, ex-diretor do DEGASE, alega que a falta de capacitação profissional da equipe técnica produz “oficiais de centro de detenção que não são educadores, mas sim repressores.” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2004, p. 23). Dentre as práticas disciplinares abusivas destacam-se o uso excessivo de encarceramento em ambientes insalubres, a permanência por longos períodos em posições desconfortáveis e a suspensão das visitas de parentes. Entretanto, cabe afirmar que os jovens entrevistados na EJLA atribuem o bom funcionamento da casa à boa participação dos funcionários na condução

das atividades diárias. Segundo os próprios internos, é o que torna o dia-a-dia um pouco menos dolorido¹⁰.

Neste ponto do texto, torna-se imprescindível assinalar algumas considerações teóricas referentes às instituições totais¹¹, conforme já assinalado em Vasconcelos (2006). Esses locais foram constituídos, segundo Foucault (2004, p. 195)

Fora do aparelho judiciário, quando elaboraram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza .

Entretanto, Carvalho (2003, p. 6) afirma que “este controle político não é recebido de forma passiva pelos reclusos, visto que o corpo objecto de punição é um corpo subjectivo, agente assimilativo e reactivo, detentor de uma função no espaço social que o envolve.” Portanto, cada interno encontra uma forma de reação ao sistema (punitivo, autoritário) social que o envolve, à medida que define um espaço de manobra social.

É fundamental salientar que, além da dimensão punitiva, a prisão é também instrumento para transformar o indivíduo. A prisão não foi constituída para a privação da liberdade e, posteriormente, seguida de uma função técnica de correção e, sim, foi desde seu início uma “detenção legal” responsável por um suplemento corretivo, ou ainda, uma empresa de alteração dos indivíduos que a

¹⁰ As entrevistas realizadas demonstraram um relativo ambiente de calma nas unidades visitadas, com um bom relacionamento equipe dirigente - menor infrator, desmistificando, em parte, a idéia do caos e de constantes atritos no dia-a-dia dos institutos e que são divulgadas pela imprensa. Contudo é necessário mencionar que o pouco tempo passado em ambas as unidades não assegura que este ambiente tranquilo seja preponderante nas unidades.

¹¹ Instituição total são prédios em que é dificultada a relação do internado com o mundo exterior, melhor dizendo, nas palavras de Goffman “A instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal[...]. Em nossa sociedade, são as estufas para mudar as pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu” (2003. p. 22).

privação da liberdade permite fazer funcionar no sistema legal. (FOUCAULT, 2004). Mais uma vez, é salutar recorrer a Carvalho (2003, p. 6) quando esta assegura que

O corpo do indivíduo torna-se assim um agente que funciona como intermediário na construção do espaço social. O corpo representa não só um meio privilegiado para a afirmação do meio institucional, mas também um recurso para repudiar essa mesma disciplina autoritária, criando, desta forma, o seu próprio espaço social de acção.

A prisão oferece poder quase que total sobre os detentos, dispõe de mecanismos internos de repressão e de castigo. Ela tende a se potencializar e a se tornar a maquinaria impositiva de uma nova forma ao indivíduo considerado pervertido. O autor supracitado afirma que a prisão funciona com base em três princípios – isolamento, trabalho e privação de liberdade – que, posto o propósito deste texto, não serão discorridos.

A instituição total possui uma dinâmica própria, peculiar, de sua forma de estruturação, pois se trata de um misto social de comunidade residencial, de organização regulamentada e de espaço de coerção (GOFFMAN, 2003). Sabe-se que a convivência nestes locais é obrigatória, dependendo, na maioria das vezes, da “faccionalização”. Nesse sentido, Carvalho afirma que “esta similitude de situações individuais potencia o estabelecimento de relações de poder. Ao partilharem o mesmo contexto social de acção, os indivíduos reclusos estabelecem inter-relações conflituais que contribuem para a estruturação do espaço interno da prisão.” (2004. p. 3). Dessa forma, “a dinâmica estrutural da instituição total desperta-nos para um quadro menos visível: o de um esquema de funcionamento sócio-institucional da sociedade informal [da população reclusa], de carácter desvirtuado”. (CARVALHO, 2003, p. 3).

Portanto, nas unidades de internação – e nas instituições prisionais, de uma maneira geral –, os espaços sociais (dormitórios, corredores, refeitório e oficinas) da vida individual não são separados. Eles estão articulados em rede, construindo

uma espécie de engrenagem que funciona nas sucessivas transformações da personalidade individual. Tal articulação e relação com os diversos ambientes permitem ao jovem experimentar uma realidade nova que o torna, conseqüentemente, diferente em seu modo de interagir com o mundo. Nesse contexto, pode-se afirmar que as diversas experiências vivenciadas – privações, punições e convívio – produzem uma espécie de defesa pessoal, através da constituição de um universo sócio-informal particular, que é pautado por relações de poder e de (des)entendimento recíproco com os semelhantes. (CARVALHO, 2003).

Os jovens internos, com o apoio dos semelhantes de mesma facção, criam uma espécie de sistema de ação informal específico, que, por conseguinte, gera uma sociedade informal em que a participação do indivíduo acaba por resultar em formas de ajustamento à instituição. Esse sistema é tido como um mecanismo de reação que, por um lado, representa um esforço de sobrevivência interna e, por outro, um esquema de inter-relacionamento do sistema informal com os demais ambientes institucionais. Esse último fato explica o porquê da banalização do processo de faccionalização predominante nas unidades administradas pelo DEGASE, ainda que membros da equipe técnica afirmem não adotarem esta medida em suas unidades.

Há ainda, dentro dessa “sociedade informal”, em correspondência com o ambiente legal, a existência de um código de conduta construído entre os próprios internos em que as autoridades institucionais não interferem. Cita-se o fato de, na unidade EJLA, os jovens terem construído uma espécie de “cartilha de comportamento informal”, que os obriga a estarem sempre de camisa, quando ocorrerem as visitas familiares, até se estiverem praticando atividades esportivas; que permite a masturbação somente aos sábados; e que aos praticantes de atos homossexuais, que forem identificados, ser atribuída uma espécie de exclusão,

não podendo sequer dividir cigarros. Como punição aos que descumprirem essas normas são aplicados espancamentos.

Elemento fundamental: a disciplina

As unidades de internação são notadamente marcadas pela austeridade e severidade de suas normas. A disciplina é o princípio de toda a lógica organizacional e administrativa. A disciplina tem por função o aumento das habilidades do corpo, aprofundar sua sujeição a outrem, e, principalmente, constituir uma relação que no mesmo mecanismo o torna mais obediente e mais útil. Assim, forma-se uma política de coerções que é um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos a fim de torná-lo apto ao convívio social. Foucault (2004) afirma que

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula, o recompõe [...]. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta o poder do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo. Faz dele por um lado uma 'aptidão', uma 'capacidade' que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estreita. (p. 119 apud VASCONCELOS, 2006, p. 12).

Referente a esta questão, algumas considerações podem ser tecidas. A disciplina procede, em primeiro lugar, na distribuição dos indivíduos no espaço. Para tanto, Foucault (2004) afirma que ela utiliza diversas técnicas, como a cerca – especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Outro aspecto, segundo o autor, seria que o princípio da “clausura” nos aparelhos disciplinares não é suficiente, não é constante e nem indispensável, pois muitos deles trabalham o espaço de maneira mais flexível. Talvez por isso, ocorram tantos conflitos. Eleva-se o princípio da localização imediata ou do

quadriculamento, em que “cada indivíduo no seu lugar; em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos, decompor as implantações coletivas, analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir.” (FOUCAULT, 2004, p. 123).

Uma última técnica a ser mencionada é aquela referente às localizações funcionais. Segundo esse princípio, paisagens determinadas se definem não só para satisfazer a necessidade de vigiar, de romper comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil. (FOUCAULT, 2004). Em outras palavras, significa tornar as instituições disciplinares promotoras de modificações positivas no espaço externo. Porém, cabe ressaltar que esse conceito foge à proposta original de análise deste texto e, por isso, não será aqui prolongado.

Lugar e território: construindo uma realidade dialética

Neste momento, é necessária uma reflexão teórica acerca dos espaços tratados ao longo deste texto, uma vez que o espaço experimentado pelos jovens, como se tentou demonstrar, possui papel preponderante no (re)condicionamento individual. É nesses locais internos, onde as relações sociais se estabelecem, que o jovem sofre todo o processo de desfiguração pessoal, de relacionamento com os demais e de interação com os muros que o cercam. Os muros, como comumente se pensa, não servem apenas de limite. Eles internalizam no adolescente a ordem social que a sociedade lhe impõe e que as unidades de internação tentam por em prática em seu corpo e atitude.

De início, é preciso definir conceitualmente que espaços são esses. Neste sentido, Carlos (1996. p. 20) tem importante contribuição à temática ao afirmar que lugar “é o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido

através do corpo.” E acrescenta que o lugar é a porção do espaço apropriado para a vida por intermédio do corpo, dos sentidos e, dessa forma, “A nossa existência tem uma corporeidade pois agimos através do corpo. Ele nos dá acesso ao mundo, para Perce é o nó vital, imediato, visto pela sociedade como fonte e suporte de toda a cultura.” (CARLOS, 1996. p. 21). Isto é “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor.” (TUAN, 1983. p. 6). Nesse contexto, dormitórios, refeitório e as áreas de livre circulação poderiam ser considerados lugares, desde que os jovens consigam apropriá-los pela experiência, pelo corpo.

Entretanto, Augé (1994, p. 73) ao ensinar que “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional nem como histórico definirá um não-lugar.” Designa-se por não-lugar duas realidades distintas e complementares, “espaços constituídos em relação a certos fins (transportes, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses lugares.” (AUGÉ, 1994, p. 87). Dessa forma, pode-se afirmar que as relações com o não-lugar não subscrevem qualquer forma de identidade, ou seja, as relações são fugidias, efêmeras, fugazes como uma compra no supermercado, ou, como supõe-se, como um jovem e seus lugares de reclusão. As individualidades se perdem no meio do coletivo. Utilizando a metáfora do autor, pode-se dizer que é nesses jovens tidos como “viajantes solitários” que se pode encontrar a vocação profética do espaço, “onde nem a identidade, nem a relação, nem a história fazem realmente sentido, onde a solidão é sentida como superação ou esvaziamento da individualidade [...]” (AUGÉ, 1994, p. 81). Antes que a indagação sobre se este espaço é um ‘lugar’ ou ‘não-lugar’ ganhe força, é válido ressaltar que “lugar e não-lugar são antes polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo

nunca se realiza totalmente – palimpsestos em que se reinscreve, sem cessar, o jogo embaralhado da identidade e da relação.” (AUGÉ, 1994, p. 74).

Os lugares do instituto permanecem os mesmos, mas os jovens que passam por lá não. Portanto, é assim que deve ser encarado o lugar que está sob análise. Não se trata de definir cabalmente se esses espaços são lugares ou não-lugares, pois a experiência, a apropriação é individual e intransferível. O jovem interno de treze anos, por exemplo, com sua vivência anterior (amigos, parentes, escola), constrói o seu lugar, lugar nos termos de Carlos, de maneira e tempo totalmente diferentes de um jovem de outra idade, de outra origem. Sendo assim, o que se busca é refletir sobre que (não-)lugar é esse, de que forma o jovem se reconhece – ou não – nesses espaços em que ele é obrigado a viver durante 24 horas por um determinado período de tempo.

Com base nas entrevistas realizadas, ficou nítida a existência, dentro das unidades, de lugares em que o jovem busca fugir do ambiente de internação e de lugares em que ele é colocado de frente com a sua realidade de menor infrator privado de liberdade. Acredita-se que esses espaços são sim lugares, pois é ali que os jovens desenvolvem relações diretas com o ambiente que o cerca. Ainda que tal relação não seja de afetividade, mas é a porção de espaço que eles apreendem pelos sentidos, como afirma Carlos (1996), e em que se constroem e são construídos para o mundo futuro. Portanto, os “lugares da fuga” são aqueles em que ele pode se colocar para além dos muros, como no campo de futebol, na horta, em algumas salas destinadas à prática de violão, como na EJLA ou na sala de aula do IPS; esses são locais em que ele pode se sentir, de alguma forma, fora da sua realidade atual. São justamente os lugares em que as grades e/ou as celas não são visíveis, são os lugares da liberdade imaginária e temporária. Por outro lado, há aqueles lugares em que ele é obrigado a se colocar como um indivíduo fora da lei, são os lugares de efetiva reclusão e reflexão. O período passado no

alojamento, onde o tempo é o único companheiro que não se afasta, lhe impõe a necessidade de reflexão. Fato inerente a todos é que lá, ele pensa no ato cometido e nas conseqüências proporcionadas. Relatos afirmaram que são os piores momentos possíveis, pois o arrependimento da infração cometida, a culpa pelos danos produzidos, o medo da realidade em clausura e a angústia sobre o futuro são sensações permanentes. Neste sentido, muitos jovens afirmam que após a internação vão trilhar outro caminho, pois não querem retornar ao mundo prisional. Contudo há aqueles adolescentes que acreditam estar ali por acidente, mas que da próxima vez não cometerão as mesmas falhas, ou ainda aqueles que crêem terem sido escolhidos pelo crime e que, como criminosos, permanecerão. Para estes a reflexão ganha outro sentido, ganha contornos de revolta e raiva da sociedade que nunca o assistiu em suas carências e que o colocou em situação marginal.

Isso posto, assinala-se que o lugar só pode ser entendido quando colocado em rede. O lugar por si só é uma abstração que não possui nem realidade objetiva e nem subjetiva. Mas quando é posto em rede, ele ganha sentido – ganha significado – pois, conforme Carlos (1996) explicita, o lugar é ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto momento. O lugar só obtém expressão quando articulado, quando inserido numa rede, seja ela de comunicação, de produção e, no caso específico deste texto, de (re)condicionamento individual. Neste sentido, a supracitada autora (1996, p. 29) informa que o “lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido [...]. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente a produção da vida”. Nas unidades de internação, as relações sociais, as relações de pertencimento, tão comuns no dia-a-dia, são construídas de forma normativa, sob fins impositivos e, dessa forma, a produção de sentido

daquele tipo de vida – tipo de vida recluso, trancafiado – é carregada de intenso sentimento de angústia e medo, o que, por conseguinte, geralmente resulta em modos de viver pautados pela violência. Portanto os espaços observados nas unidades de internação, mais especificamente aqueles em que o jovem possui uma relação direta e, de certa forma, de interdependência, foram e são (re)constituídos pelas relações sócioespaciais que se delineiam sob a égide da ordem social dominante em permanente interação com a ordem “local” - institucional. Congruente a este raciocínio, Carlos (1996, p. 30) expõe que “o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos.”, permitindo-nos considerar os lugares lá construídos como prenes de simbolismos, em outras palavras, como um verdadeiro “arquipélago” de lugares interconectados em um devir constante, que se refazem – em conteúdo, mantendo a sua forma – incessantemente. O que propomos aqui é o entendimento desses lugares como espaços que transformam seu conteúdo imaterial de maneira ininterrupta, pois a diversidade de informações, em sentido amplo (englobando valores, símbolos, imagens), é bastante diversa, fruto das inter-relações estabelecidas entre os diversos jovens que “se hospedam” nas unidades.

Neste momento é válido recorrermos a uma leitura de Harvey (1996 apud FERREIRA, 2000, p. 71), quando Ferreira nos mostra que

Como afirma o autor [Harvey], o lugar é uma construção social e deve ser compreendido tanto como uma localização quanto como uma configuração de ‘permanências’ relativas internamente heterogêneas, dialética e dinâmica contida na dinâmica geral de espaço-tempo de processos sócio-ecológicos. Ou seja, processos específicos contidos e expressos dentro do processo global. (grifo nosso)

Neste sentido, somos encaminhados a pensar que a construção dos lugares é, não apenas em função da própria dinâmica interna da unidade, impondo estreitas maneiras de relacionamento (inter)sócioespacial, mas de um

cenário político-simbólico, historicamente contextualizado, que se desenha em horizontes bem mais amplos e/ou distantes. “Nesse sentido o lugar é sempre um espaço presente dado como um todo atual com suas ligações e conexões cambiantes. Mas isto só pode ser entendido se transcende a idéia do lugar enquanto fato isolado – o que faz com que a vida de relações ganhe impulso na articulação entre o próximo e o distante” (CARLOS, 1996, p. 31). “Não se trata de fazer conexões ritualísticas com o ‘sistema mais amplo’ [...] e sim de que há relações reais com conteúdo real – econômico, político e cultural – entre qualquer local e o mundo mais amplo em que esse local se situa.” (MASSEY, 2000, p. 184), assinalando que, assim como as territorialidades anteriormente mencionadas, os lugares se constituem, valorizados em suas especificidades, na relação do local à ordem “superior”. O lugar não está estático, pois “se os lugares podem ser conceituados em termos das interações sociais que agrupam, então, essas interações em si mesmas não são coisas inertes, congeladas no tempo: elas são processos.” (MASSEY, 2000, p. 184). Massey sugere que, talvez, baseado nesse intenso processo de (re)construção (e de re-valorização, acrescentaríamos) do lugar, esse também pudesse ser visto enquanto processo. Visão que nos agrada, pois, com base em nosso objeto empírico, temos a sensação de que aqueles lugares nunca estão totalmente definidos, como uma obra concluída, mas estão sempre se re-fazendo, se reconstruindo em conteúdo, valores e, sobretudo, em vida. É neste sentido que “podemos dizer que ‘fora do espaço não há realização’ (Whitehead, 1938, p. 139/140), o espaço sendo produzido ‘por uma conjunção particular de processos materiais e de processos de significação’” (LAGOPOULOS, 1993, p. 275 apud SANTOS, 2006, p. 83).

Não podemos inferir que os limites murados da instituição impeçam a criação e o estabelecimento de relações sociais “inter-muros”. Com isso, pensamos, assim como Massey (2000, p. 184) que

É dessa perspectiva que se torna possível imaginar uma interpretação alternativa do lugar. Nessa interpretação, o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, *mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num locus particular*. [...]. Assim, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento do lugar em si, seja uma rua, uma região, ou um continente. Isso, por sua vez, permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local. (grifo nosso)

É dessa forma que conseguimos pensar numa possível identidade do lugar (de reclusão). Carlos (1996, p. 28) afirma que “repensar a identidade do lugar cada vez mais dependente e construída no plano do mundial faz com que, hoje, a história do lugar passe cada vez mais pela história compartilhada que se produz além dos limites físicos do lugar, isto é, de sua situação específica.”, nos mostrando que a identidade de qualquer lugar, inclusive os de reclusão, hoje em dia, tem de ser analisado em contextos bastante amplos. Nas unidades de internação, as relações sociais, as relações de pertencimento, tão comuns no dia-a-dia, são construídas de forma normativa, sob fins impositivos e, dessa forma, a produção de sentido daquele tipo de vida – tipo de vida recluso, trancafiado – é carregada de intenso sentimento de angústia e medo, o que, por conseguinte, geralmente resulta em modos de viver pautados pela violência. Assim, a identidade do lugar de reclusão não se constrói dentro das rígidas fronteiras demarcadas, mas pela correspondência, inerente ao momento da globalização, multiescalar de informações, dados e valores (simbólico-culturais, sobretudo em nosso caso) que caracteriza a sociedade contemporânea e que não deixa escapar as unidades prisionais. Tendo em vista a multiplicidade de identidades pessoais que se estabelecem nos lugares, e que, por conseguinte, lhes conferem uma determinada carga de valor, é coerente considerarmos que ocorra, também, uma

multiplicidade de identidades dos lugares. E isso quem nos mostra é Massey (2000) ao se referir à identidade de Kilburn, em Londres, seu bairro residencial. Ela afirma que Kilburn, embora tenha uma característica própria, não tem, de forma alguma, uma identidade única, coesa, concretamente estabelecida, pois “o itinerário das pessoas pelo lugar, seus refúgios favoritos e as conexões que realizam [...] entre esse lugar e o resto do mundo variam muito.” (p. 183). Fazendo uma analogia entre Kilburn e a nossa unidade de internação, é possível chegarmos à conclusão parecida, uma vez que, dada a grande variedade de jovens que cumprem medida sócio-educativa por diferentes atos infracionais, os internos tecem relações extremamente distintas entre si e o espaço que os rodeia. Por exemplo, ao visualizarmos um jovem envolvido com tráfico de drogas, como tem sido focalizado nesse estudo, é fácil percebermos que ele, mesmo dentro da unidade, não pode negar seus vínculos com a facção a qual está alinhado e, dessa forma, planeja sua conduta, planeja o seu lugar – seu conteúdo simbólico, suas valorações culturais – de forma totalmente oposta de um indivíduo que não possui laços com qualquer facção. É neste contexto que “os lugares não têm ‘identidades’ únicas ou singulares: eles estão cheios de conflitos internos.” (MASSEY, 2000, p. 185).

Já com relação ao território, nos baseamos em Haesbaert (2002, p. 25), quando ele afirma que “o território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado”, ou ainda que:

Tendo como pano de fundo esta noção ‘híbrida’ [concepção de espaço como um híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, enfim longe de uma visão ‘unidimensional’ espaço geográfico] (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2006, p. 79)

Cabe também explicitarmos que a nossa visão de territorialidade é, nos dizeres de Haesbaert (2006) dotado de uma maior ênfase no caráter simbólico, tornando a dimensão simbólica ou cultural inerente à construção do território.

Sendo assim, estamos mediante um complexo mosaico espacial em que se articulam diferentes peças componentes de uma macroestrutura social. Dessa forma, concordamos com Souza (2006, p. 81), quando assevera que:

A bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor (se bem que, na era da globalização, um gestor cada vez mais privilegiado). No entanto, ele não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., a rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

Aos jovens internos são destinados determinados espaços em que devem, obrigatoriamente, permanecer e conviver. Os dormitórios, o refeitório e os locais de lazer e de estudo (quadras, áreas de livre circulação, sala de aula) são os principais exemplos destes locais. Quando eles se estabelecem nesses espaços, eles se debruçam sobre locais já territorializados, que já foram imbricados pelo conflito de poder entre o dominante e o dominado. Nesse sentido, a organização territorial da unidade pode ser concebida como um “labirinto do poder”, em que os diversos espaços são, pelos jovens, experimentados e de onde eles devem extrair os meios para a sua sobrevivência social, em outras palavras, devem obter as informações para uma boa conduta social. Dessa forma é possível perceber que os territórios encontrados são fonte de uma realidade que lhes é estranha e que dificilmente oferecerão meios a alguma medida alternativa de socialização. Eles terão que compulsoriamente estabelecer-se e adequar-se ao mundo relacional

que se apresenta, ou melhor, que se impõe e “justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão.” (HAESBAERT, 2006, p. 82)

Portanto

Território, que são no fundo antes *relações sociais projetadas no espaço* que espaços concretos (os quais são apenas os *substratos materiais* das territorialidades), podem, [...] formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo. (SOUZA, 2006, p. 87; grifos do autor)

Em nosso caso, o território não possui tanta fluidez e movimento como, por exemplo, os territórios de prostituição da área central da cidade do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2002), como se durante o dia uma sala de aula fosse apropriada por alunos e professores e durante a noite por consumidores e traficantes de drogas. O que percebemos é que a reclusão, em determinados ambientes, faz com que os espaços destinados ao lazer, como as salas de música, por exemplo, fossem territorializados pelos jovens como os espaços do “não confinamento”, ou seja, são os territórios, em que por alguns momentos, eles podem se sentir ou, ao menos, imaginar que estão em algum lugar melhor, em algum lugar distante daqueles muros.

O território das unidades é o campo em que o poder institucional faz agir sobre os corpos e mentes dos indivíduos as premissas do *modus vivendi* de nossa sociedade. Regras disciplinares, de comportamento, de higiene são difundidas na tentativa de “re-socializar” o indivíduo considerado inadequado a viver em comunidade. No entanto, pelos meandros do território “institucional” são propagados valores e idéias “não-oficiais”, que o poder instituído não tem controle e que, muitas vezes, acaba por resultar num embate político. Assim a conduta dos indivíduos internos, assim como da equipe dirigente, não deve apenas respeitar os preceitos da ordem oficial, mas também as premissas informais, já estabelecidas e

que dentro dos muros das unidades são tão ou mais importantes quanto às regras institucionais. Quando Souza (2006, p. 86) nos mostra que “território será [e, de fato é] um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’, os *insiders*) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (grifos do autor)”, percebemos que os valores e as significações atribuídas, que são concretamente sentidos, invadem todos os recantos e cooptam todos os membros da unidade, desde membros rivais até os próprios funcionários, fazendo com que todos os territórios construídos sejam reveladores do controle político, oficial ou não, exercido.

Portanto, o que queremos demonstrar é que o diálogo entre a unidade de interação, interno, e a ordem social, externa, tendo como veículo difusor o território não ocorre sempre de maneira sintonizada. As diversas relações de poder, nas dimensões concretas e imateriais, que se estabelecem são, majoritariamente, conflitantes. Dessa forma, compartilhamos a posição de Haesbaert (2006, p. 93), ao afirmar que

Assim o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política.

Acreditamos que o território aqui considerado não pode limitar-se a uma leitura de cunho material, devendo também incluir seu caráter simbólico, construído a partir do imaginário do jovem e que dota o território de uma espécie de “vestimenta” de significações, de valores. A noção de território não pode menosprezar a dimensão simbólica, pois estará destinada a compreender apenas uma parte dos complexos esquemas dos laços entre espaço e poder

(HAESBAERT, 2006). Prosseguindo com essa posição, Haesbaert (2006, p. 93) nos mostra que

O poder não pode de maneira alguma ficar restrito a uma leitura materialista, como se pudesse ser devidamente localizado e 'objetificado'. Num sentido também aqui relacional, o poder como relação, e não como coisa a qual possuímos ou da qual somos expropriados, envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, não há como separar poder político num sentido mais estrito e o poder simbólico.

Com relação ao caráter simbólico é importante frisar o posicionamento de Sack, que enxerga o território não apenas como instrumento de poder, valorizando sua dimensão simbólica. Assim, "a territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual experimentamos o mundo [em nosso caso, mais especificamente, o mundo dos espaços de reclusão] e o dotamos de significado." (SACK, 1986, p. 219 apud HAESBAERT, 2006, p. 90). Os jovens internados ao atribuírem seus símbolos e signos aos espaços estão tornando visíveis a toda a sociedade sua territorialização, estão, de fato, no curso da identidade territorial explícita, ordenando e se apropriando de todos os recursos que aquela territorialidade pode oferecer. É neste sentido que Haesbaert (2006, p. 94) nos fala que

O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de "controle simbólico" sobre o espaço onde vivem [...], e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [...]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

Portanto, levando em consideração a forte presença do tráfico de drogas na dinâmica das unidades, podemos afirmar que as territorialidades criadas são diretamente interligadas com o poder do narcotráfico. De fato, há uma entidade, que toma corpo nos jovens, que se territorializa nas unidades, ganhando a cada dia mais presença e magnitude dentro dos muros, sendo possível afirmar a

coexistência, de um lado, do poder instituído, e em ambos os lados do poder – do narcotráfico – paralelo. Como se a ordem das autoridades ficasse restrita aos limites das unidades e a ordem do tráfico fosse capaz de sobrepujar as fronteiras institucionais demarcadas.

Considerações finais

As diversas experiências vividas nas unidades de internação não permanecem apenas nos corpos dos internos. Elas se estabelecem em cada centímetro do instituto, fazendo com que cada um desses lugares se apresentem da forma como realmente é e que somente podem ser desvendados a partir da experiência de reclusão. Isso significa dizer que cada lugar conhecido pelo jovem (dormitório, refeitório, áreas de circulação) possui, em seu interior, parcelas de poder concreto e articulado que o jovem passa a sentir, a pensar somente no período de internação. O poder transmitido por cada lugar é sentido e assimilado por cada um e reforçado pelo poder oficialmente instituído da equipe dirigente. Dessa forma, pode-se dizer que o jovem, ao ser internado, penetra numa espécie de “mundo paralelo”, em que as relações de poder estabelecidas e interdependentes entre os lugares, e entre estes e os jovens, atuam incessantemente, em função da ordem social superior, em favor da modificação pessoal.

O instituto-prisão se qualifica na sociedade como instrumento disciplinar em caráter ampliado. Não só sua austeridade e métodos disciplinares atuam internamente, mas são também percebidos fora de seus domínios. A utilização de casas específicas para a privação da liberdade e o condicionamento do indivíduo atua efetivamente na modulação de nossas atitudes sociais cotidianas.

O medo de ter a liberdade tomada e de ser submetido às relações sociais perigosas e às situações nefastas condiciona todo o nosso modo de ser e de viver. Portanto, tanto as instituições para internação de crianças e adolescentes como os presídios destinados à população adulta interferem cabalmente sobre o sujeito, sejam os sujeitos internos, sejam os externos aos seus muros; o que se coloca em voga é a escalaridade que a ordem imposta pelos institutos impõe ao modo de viver. Ainda sobre esse ponto, é possível assinalar que a especificidade arquitetônica de cada unidade de internação possui relação direta com a construção de identidade que o jovem cria com o ambiente de reclusão. A EJLA, conhecida informalmente como “mansão”, possui uma ampla área aberta, arborizada e bem ventilada ajudando num falso sentimento de liberdade o que, conseqüentemente, interfere diretamente na personalidade do jovem, originando um jovem mais calmo, menos arredo e mais propenso à participação nas atividades propostas. Diferentemente, no IPS, ainda que ocorram áreas abertas (quadras e hortas), a sensação de se estar numa prisão é bastante forte. Celas e janelas bloqueadas são constantemente observadas, o que nutre no jovem, como foi possível observar nas entrevistas, o sentimento de ódio em relação ao IPS, pois este considera-se aprisionado.

É possível perceber que tal ordem é transescalar, já que, não se restringindo aos muros e a atingir a comunidade exterior, ela (a ordem) se recoloca à sociedade, desta vez, sobre os corpos e as mentes dos indivíduos ex-internados quando esses vêm reproduzir no meio social a leitura da ordem imposta pela sociedade, realizada por cada um durante o período de internação.

Todavia, conforme anuncia Vainer (2001, p. 146), alguns cuidados têm de ser tomados nesta forma de análise. O fato

De que os processos políticos, econômicos, sociais e culturais têm dimensões escalares não pode conduzir a uma reificação das escalas, como se estas antecedessem e contivessem (como um receptáculo) os

processos. O que temos são processos em suas dimensões escalares, quase sempre transescalares.

A análise não deve se prender às escalas, mas utilizá-las como eficazes ferramentas de compreensão da dinâmica sócio-espacial (geográfica) empreendida pelos parâmetros de convivência, estipulados pela sociedade, por intermédio das unidades de internação, “a análise da escala não pode pretender substituir a análise do processo.” (VAINER, 2001, p. 146).

Não se pode pensar apenas os lugares como pontos nodais de articulação do poder. As instituições são pontos de uma macro-rede de transformação de indivíduos. Nesse sentido, aumenta-se a escala de análise e percebe-se que as diversas unidades de internação interagem e, se submetendo à ordem social, constituem uma verdadeira cadeia moduladora de corpos e atitudes da sociedade contemporânea.

Com relação aos institutos, torna-se evidente a construção, no espaço social prisional, de uma correlação político-cultural entre o sistema de ação informal e as malhas oficiais de ação. Essa interação – somada às práticas disciplinares e aos métodos de coerção essencialmente violentos – resulta num exercício de poder, que, não sendo imposto de fora, mas fruto das próprias relações estabelecidas é interiorizado pelos indivíduos envolvidos e, conseqüentemente, está presente nas próprias inter-relações sociais – entre eles próprios e entre eles e o instituto. Em outras palavras, equivale afirmar que a situação vivida pelo jovem interno, permeado pelas interações acima mencionadas, é eficaz instrumento de modulação do comportamento dos seres humanos, em que os sentimentos de humilhação, vergonha, medo e angústia são, na maioria dos casos, transformados em sentimentos de vingança contra todos, inclusive contra a sociedade, que os colocaram naquela situação.

Nesse sentido, vislumbra-se o porquê do tráfico de drogas, muitas vezes, apresentar-se como um modelo sedutor para os indivíduos fortemente marcados

por processos de “desfiliações sociais” (CARRETEIRO, 2004). E acrescenta que os “grandes traficantes surgem como poderosas figuras de identificação – eles secretam prestígio, respeito e dinheiro.” (CARRETEIRO, 2004, p. 62). Esses três aspectos consolidam poder e reconhecimento, reforçando a idéia de uma identificação heróica e de combate às forças “inimigas” do Estado.

Referências

- AUGÉ, M. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermordenidade. Campinas: Papirus, 1994. 111p.
- BARROS, F.O. (coord.) Tô fora: o adolescente fora da lei: o retorno da segregação. 3. ed. Minas Gerais: Del Rey, 2003. 146p.
- BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: lei n. 8069, de 13-07-1990: constituição relacionada. -. São Paulo: Cortez, 1991. 128p.
- CALDEIRA, C. Segurança Pública e política penitenciária no Rio de Janeiro: estudo de caso do Presídio Ary Franco. Revista Rio de Janeiro, n. 12, p. 11-38, jan - abril. 2004.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARRETEIRO, T. C. O. C. Sofrimentos sociais em debate. Psicologia USP, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 57-72, 2004.
- CARVALHO. C. M. P. Corpos Minados – um estudo exploratório no espaço interno da cultura prisional. Coimbra: CES Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2003. 18p.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. 29. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. 262p.
- GOFFMAN, E. Manicômios, Prisões e Conventos. 7. ed. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2003. 320p.

- GOULART, G. Menor de 16 anos confessa que atirou em músico. O Globo. Rio de Janeiro, 22 jun. 2006. Caderno Rio, p. 15.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 395 p.
- HUMAN RIGHTS WATCH (orgs.). Brazil "verdadeiras masmorras": detenção juvenil no Estado do Rio de Janeiro. [Rio de Janeiro]: Human Rights Watch, [2004]. 68p.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: Arantes, O. (org.) O Espaço da Diferença. Campinas: Papirus, 2000.
- QUEIROZ, J. M. (org.) O Mundo do Menor Infrator. ed. São Paulo: Cortez, 1984. 175p.
- RIBEIRO, Miguel Angelo. Território e Prostituição na Metrópole Carioca. 1. ed. São João de Meriti, Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002. 160p.
- RIZZINI, I. (org.) A Criança no Brasil de Hoje: Desafio para o Terceiro Milênio. Rio de Janeiro: USU/CESPI, 1993. 246p.
- RIZZINI, I. Deserdados da Sociedade: os "meninos de rua" da América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: USU/CESPI, 1995. 163p.
- SANTOS. Milton. Pensando o espaço do homem. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004. 96p.
- SANTOS. Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. 384p.
- SANTOS. Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1988. 124p.
- SILVA, E. R. A. Adolescentes em Conflito com a Lei: Situação do Atendimento Institucional no Brasil. 1. ed. Brasília, DF: IPEA, 2003. 103p.

SOUZA, A. B. Perfil e Origem da População Carcerária: Um Estudo de Caso do Complexo Penitenciário de Bangu. Rio de Janeiro, 1999. 97p. Monografia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro et al. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 352p.

TORRES, A. C. Infância Perdida. Extra, Rio de Janeiro. nov. 2005.

TUAN, Y.F. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 2003.

VAINER, Carlos Bernardo. As Escalas de Poder e o Poder das Escalas. In: Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço. 1., 2001, Rio de Janeiro. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR. p. 140-151.

VASCONCELOS, Tiago Santos. A desordem programada: uma análise geográfica sobre as unidades de internação de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro. mimeo. 15p. 2006.